

**SENHORES DE ESCRAVOS E ALAMBIQUES:
HIERARQUIA SOCIAL E PROPRIEDADE DE ENGENHOS
EM MINAS GERAIS. O CASO DA FREGUESIA DE FURQUIM.
1821-1850¹**

Leandro Braga de Andrade²

RESUMO: O objetivo do texto que segue é analisar a relação entre a riqueza e o domínio social por meio das atividades de transformação da cana-de-açúcar na freguesia da região central de Minas Gerais, no século XIX. Listas de habitantes, inventários *post-mortem* e relações de engenho foram utilizados para rastrear pistas que apontaram para uma importante possibilidade de acumulação por parte de proprietários que, entre outras atividades, se dedicavam à indústria agrícola tradicional. As fazendas com engenho produziam e comercializavam açúcar, rapadura, alimentos e, principalmente, a aguardente. Para atender à essa demanda do comércio regional, os proprietários contavam com grandes plantéis escravistas, o que garantia estabilidade econômica da propriedade e reprodução do prestígio social.

PALAVRAS-CHAVE: Engenho. Riqueza. Hierarquia.

¹ O artigo apresentado é um desdobramento de um dos temas apresentados em minha dissertação de Mestrado que analisou a aplicação do trabalho livre e do trabalho escravo, além da estratificação social na região de Furquim entre 1821 e 1850: ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês? Economia e Estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1821-1850*. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2007.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ABSTRACT: The paper that follows has the objective of analyzing the relation between health and the social domain through the transformation activities of sugarcane in the central area of Minas Gerais in the ninetieth century. Lists of population, *post-mortem* inventories and sugar plantation relationships were used to trace clues that pointed to an important accumulation possibility by owners who, among other activities, were engaged in traditional agricultural industry. Farms with sugar plantations produced and traded it, rapadura, food, and especially sugarcane liquor to attend to the regional demand, the owners relied on big amounts of slaves, ensuring economic stability for the propriety and social prestige.

KEYWORDS: Engine. Wealth. Hierarchy.

Economia regional e atividades de transformação da cana

Os setores da economia voltados para o mercado interno têm ganhado importante destaque nas pesquisas que demonstram a capacidade de acumulação gerada pela circulação de produtos no interior do Brasil, durante a primeira metade do século XIX.³ Isto também ocorre com as abordagens regionais, que destacam Minas Gerais, no período, como um diversificado

³ A formação de uma elite nobiliárquica formada pela acumulação interna de capital nos fins do período colonial e início do Império recebeu destaque nas pesquisas: FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto- mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001; FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira,. 1998; e que suscitaram abordagens semelhantes sobre Minas Gerais: ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho *Homens ricos, homens bons: Produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822.* Tese (doutorado em História). Niterói. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. UFF. 2001; GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888).* São Paulo. Editora Annablume. 2002.

complexo mercantil relacionado com o consumo interno ou com o abastecimento de outras regiões.⁴

Na esteira de tais abordagens, as análises de realidades microrregionais podem desvendar o setor produtivo ou comercial mais intrinsecamente ligado à acumulação gerada pela circulação de mercadorias, a formação ou reprodução de uma elite local e o perfil da mão de obra mobilizada para essas atividades produtivas.

A freguesia de Furquim (que incluía os distritos de Gualaxo do Norte, Conceição do Turvo, São Gonçalo do Ubá e Ponte Nova), no interior do Termo de Mariana, é uma região privilegiada para a análise que propomos. Localizada nas proximidades de um dos principais e mais antigos centros urbanos da mineração (Mariana), a freguesia contava, no período, com uma economia dinâmica, fortemente apegada à utilização do trabalho escravo e que se dedicava ao plantio de alimentos, criação de animais, bem como do difundido beneficiamento da cana-de-açúcar.⁵

A compilação e o cruzamento das Relações de Engenho e Casas de Negócio de 1836,⁶ inventários *post-mortem* e

⁴ Sobre a diversificação regional e os níveis de mercantilização da economia mineira, ver principalmente: PAIVA, Clotilde. *População e economias Minas Gerais do século XIX*. Tese (doutorado em História). São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. USP. 1996.

⁵ Furquim é um dos locais mais antigos de Minas Gerais. Ainda no século XIX, muitas capelas de numerosos arraiais pertenciam à paróquia do *Bom Jesus do Monte do Furquim*. Em 1823, incluíam-se na freguesia de Furquim os seguintes distritos: Furquim, o da sede da paróquia, Gualaxo do Norte, Conceição do Turvo, São Gonçalo do Ubá e Ponte Nova, (ANDRADE, Op cit., p. 35). Na década de 1830 algumas capelas e/ou distritos do termo de Mariana passaram a pertencer a diferentes freguesias e paróquias ou constituíram sede própria (como é o caso de Ponte Nova em 1832). No entanto, utilizaremos o termo "Freguesia de Furquim" para designar o conjunto de localidades rurais analisadas. Este critério foi adotado pelo fato de que na lista nominativa de habitantes de 1821 os moradores dos povoamentos então pertencentes à freguesia foram registrados em um mesmo documento.

⁶ A transcrição dessa documentação foi gentilmente cedida pelo professor Marcelo de Magalhães Godoy, da Universidade Federal de Minas Gerais.

listas nominais de habitantes mostrou a coincidência entre as atividades de transformação da cana e a formação da hierarquia socioeconômica da região, no período compreendido pela pesquisa (1821-1850).

O diversificado conjunto de víveres produzido pela unidade produtiva típica do espaço rural mineiro servia tanto à autossuficiência das propriedades, das famílias e dos escravos quanto ao comércio local. O milho era o principal, mas o pão de cada dia dos mineiros ainda podia contar com o feijão, acompanhado de farinha e hortaliças. Nas mesas mais fartas, o arroz, galinhas e porcos estavam presentes com mais frequência.⁷

Entre os inventários de proprietários da freguesia de Furquim, o café e o fumo, presentes na lista de exportação da província, apareciam como produtos cultivados em algumas unidades produtivas. Nenhum outro produto, no entanto, apresentou um destaque ao alcançado pela produção de derivados da cana-de-açúcar. Aliada a outras atividades, a produção e/ou beneficiamento da cana apareceu em 20 das 50 unidades produtivas selecionadas a partir do cruzamento das listas de habitantes e inventários. A importância dessa produção para a economia reflete na localidade uma realidade comum a várias outras regiões da província de Minas Gerais.

Desde o período colonial, o isolamento geográfico e a demanda dos núcleos urbanos forçaram o estabelecimento de engenhos em Minas Gerais. O dinamismo comercial interno gerado pela economia do ouro e, posteriormente, pela agropecuária tornou o negócio canavieiro lucrativo para sítios e fazendas, principalmente das localidades circundantes aos mais importantes núcleos urbanos, como é o caso de Furquim. O alto consumo de aguardente pelos mineiros despertou a atenção dos administradores locais que fizeram do beneficiamento da cana-de-açúcar e do comércio da aguardente, alvos de constante controle tributário.

⁷ MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

De acordo com Ângelo Carrara, a produção de aguardente apresentou tendência de queda em Minas Gerais, nos anos finais do século XVIII.⁸ A redução da produção aurífera e o consequente declínio da população empregada na atividade mineradora, refletiu na diminuição da produção de aguardente. Isto porque, nas áreas mineradoras, grande parte do consumo da bebida era feito por escravos, forros e mestiços. No entanto, Carrara destaca o relativo crescimento da produção de cachaça nas freguesias de fronteira, nas quais destacam-se Furquim, Barra Longa e Guarapiranga, no termo de Mariana.

De fato, nas primeiras décadas do século XIX, a vila de Mariana, sede do Termo, sofreu com a emigração da população estimulada pelo esvaziamento dos veios auríferos e pela expansão agrícola na região da Zona da Mata. A disponibilidade de terra livre, a dinamização do comércio de derivados de cana, milho, feijão, café e a criação de animais atraíram muitos homens para os distritos agrícolas do termo. As proporções de gênero da população livre e escrava da tabela I, também sugerem que, durante essa expansão agrícola, a vila perdia população enquanto o inverso ocorria nas áreas rurais.

TABELA I

Gênero e razão de sexo da população*. Mariana e Furquim. 1819-1821.

	Mariana		Furquim			
	Homens	Mulheres	RS	Homens	Mulheres	RS
Livres	547	761	71,8	1619	1782	90,8
Escravos	453	323	140,2	1292	750	172,2
Pop. Total	1000	1084	92,2	2911	2532	114,9

* Número de homens para cada 100 mulheres

Fonte: Listas nominativas de habitantes: Distrito da cidade de Mariana, 1819 e Freguesia de Furquim. 1821. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Banco de dados Cedeplar/UFMG.

⁸ O autor compilou os dados registrados no pagamento do subsídio literário, a partir de 1774. CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais*. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais. 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 210-212.

Em Mariana, aproximadamente, 58% da população livre era constituída por mulheres e a razão de sexo era de 71,8 homens para cada 100 mulheres. Já em Furquim, este índice chegava a 90,8. A forte presença de mulheres solteiras e viúvas chefiando domicílios na sede do termo, muitas delas vivendo da produção de doces, do artesanato e da costura, revela a dificuldade da constituição de famílias em uma região que sofria o impacto do esvaziamento dos veios auríferos. Já na região de Furquim, a tendência foi de uma maior presença proporcional de homens livres, indicando a chegada constante deste grupo populacional na região.

Muitos escravos homens podem também ter migrado com os seus proprietários para trabalhar nos novos empreendimentos agrícolas. É o que sugere a alta concentração masculina na escravaria de Furquim, ao comparada com a vila sede do termo. O serviço agrícola demandava muito mais esforço físico, por isso a preferência por homens, enquanto a demanda do serviço doméstico, do artesanato e das casas de comércio, em Mariana, possibilitava a presença feminina.

Anos mais tarde, sobretudo nas décadas de 1830 e 1840, a vila sede do Termo de Mariana, reassumiria a relevância na função de centro comercial e absorção da aguardente e outros derivados agrícolas.

Como parte das diversificadas fazendas e sítios de Minas Gerais, os engenhos entraram no período imperial tendo o mesmo ou o maior grau de atenção das autoridades. Em ofício do dia 16 de junho de 1836, por decorrência da lei de 8 de abril do mesmo ano, o governo provincial solicitou que os juizes de paz inventariassem todas as fábricas de aguardente nos seus respectivos distritos. O objetivo era conhecer o universo de contribuintes sobre o qual iria incidir um novo tributo, estabelecido pela lei, ao setor canavieiro de Minas Gerais. A análise detalhada dessa “Relação de Engenhos” resultou em uma minuciosa pesquisa apresentada por Marcelo Godoy, que demonstrou a relevância da produção de derivados de cana em Minas. Segundo o autor este segmento, é, muitas vezes, relegado pela historiografia à condição de “objeto

menor”, quando não incluído em categorias como de “economia de autoconsumo” ou “economia de subsistência”.

Vislumbrado o vigor temporal da produção tradicional de derivados de cana buscou-se estabelecer a posição relativa dos grandes espaços canavieiros do Brasil antes do decurso do processo de modernização do setor. A expansão da produção mineira de açúcar, rapadura e aguardente, fortemente estimulada por regular crescimento demográfico, assente em hábitos de consumo vinculados pelo excesso de ingestão de açúcares e destilados de cana permitiram que durante aproximadamente um século Minas Gerais ocupasse posição de liderança na produção brasileira. As evidências empíricas reunidas e os confrontos estatísticos realizados convergem para a demonstração da proeminência mineira na maior parte do século XIX e primeiros anos da centúria seguinte, superando inclusive todos os grandes espaços canavieiros do litoral.⁹

De acordo com os dados trabalhados por Godoy, o setor canavieiro de Minas teve no século XIX o maior número de engenhos, a maior produção estimada de aguardente e o maior número de escravos empregados em comparação com outras importantes províncias produtoras do Brasil. Em função do caráter regional da comercialização dos derivados de cana em Minas, desde o período colonial, as exportações de açúcar e aguardente não superaram, respectivamente, 2% e 1% da produção, no século XIX.¹⁰

O trabalho de quantificação do robusto e variado *corpus* documental, realizado por Godoy, introduz importante contribuição

⁹ GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. São Paulo. Tese de doutoramento. FFLCH/USP, 2004 .p. 10.

¹⁰ GODOY, *op cit.* p. 552

para o entendimento da economia e da sociedade mineira no século XIX. Diante disso é que propomos uma análise localizada, aliando dados quantitativos e qualitativos, da propriedade e da riqueza no universo dos engenhos. A abordagem regional e mesmo as trajetórias individuais podem trazer à tona características já sugeridas pela macroanálise e, também, novos aspectos antes não percebidos, como a acumulação e a inserção social por parte dos proprietários.

Outro elemento destacado pela pesquisa de Godoy é a diferenciação regional existente na distribuição das unidades beneficiadoras da cana-de-açúcar. A região da Mineradora Central Oeste¹¹, onde se localizava parte do extenso município de Mariana, detinha 25,6% das fábricas, seguida pelas regiões Intermediária de Pitangui e Tamanduá, 14,3%, e Mineradora Central Leste 12%. As outras 14 regiões somadas não ultrapassavam a proporção de 48% dos engenhos mineiros.¹²

Somente o município de Mariana contava com 293 engenhos, o que corresponde à cerca de 15,3% de todos os engenhos mineiros e 63,5% das fábricas da região Mineradora Central Oeste. Por sua vez, conforme a tabela II, o distrito sede da freguesia de Furquim unido ao distrito de Ponte Nova reuniam 27,5% das unidades transformadoras da cana do município de Mariana.

¹¹ Clotilde Paiva elaborou uma regionalização da província de Minas Gerais no século XIX que leva em conta os níveis de desenvolvimento das mesoregiões. A “Mineradora central oeste”, região em que a parcela mais antiga do Termo de Mariana está inserida, apresentou alto nível de desenvolvimento econômico na primeira metade do século. Esta sub-região inclui os municípios de Sabará, Queluz, Ouro Preto e parcelas dos municípios de Caeté e Mariana. Quanto às localidades abordadas na presente pesquisa, os distritos de Mariana e Furquim localizavam-se dentro dessa sub-região. A capela do distrito de Ponte Nova, aqui analisada como pertencente à freguesia de Furquim, fora incluída na sub-região vizinha, a “Mineradora Central Leste” (Ver PAIVA, Op. cit., p. 171). Porém, elementos como a concentração de escravos, o número de engenhos e casas de negócio aproximam o distrito do perfil da “Mineradora Central Oeste”, que possuía nível de desenvolvimento mais alto.

¹² GODOY, Op. cit., p. 559

TABELA II

Engenhos de cana e força motriz. Participação de Furquim no município de Mariana. 1836

Local	Água	Bois	S/ inform.	Total	%
Furquim*	06	06	--	12	4
Ponte Nova**	09	61	--	70	23,5
São Caetano	14	42	01	59	19,8
Mariana Total*	67	223	04	293	100

Fonte: Relação de engenhos e casas de negócios. 1836.Arquivo Público Mineiro. SPPP 1/6.

* Distrito sede da freguesia; ** Distrito pertencente à freguesia e, posteriormente, tornado paróquia

Da mesma forma que os dados da pesquisa de Marcelo Godoy mostraram a importância do setor canavieiro em Minas Gerais no século XIX, a TAB. II indica a relevância das atividades engenheiras na região. Furquim e seus distritos superaram, inclusive, São Caetano, outra rica localidade do termo de Mariana, produtora de cana nesse período.

De maneira geral, os indicadores regionais e microrregionais sugerem que eram nas localidades que circundavam os centros urbanos importantes como Mariana, Ouro Preto, São João Del Rey, Minas Novas e Tamanduá que se concentravam o cultivo de cana e o fabrico dos seus derivados. A relação do setor canavieiro com os fluxos comerciais regionais era direta e interdependente. Nas vendas, armazéns e lojas mistas das vilas e cidades eram comercializados os barris de aguardente levados das fazendas.

A conexão da produção de aguardente com o comércio local pode ser ainda atestada pela resposta do Juiz de Paz do distrito de Ponte Nova ao presidente da província, em cumprimento a sua solicitação:

Em observância ao ofício de Vossa Excelência com o fecho de 16 de junho de p.p. em que me determina envie huma relação dos Engenhos deste Distrito em que se fabricar aguardente com declaração dos seus motores; e em segundo lugar huma dita das cazas em que se vender aguardente simples ou beneficiada com distinção de suas cuituações assim mais das loges de fazendas

secas e cazas de Armazéns em que se vender espíritos importados com a declaração dos nomes de seus possuidores, e cada hum dos ditos estabelecimentos.¹³

O objetivo das exigências do governo, cumpridas pelo juiz de paz, não era apenas de conhecer as fábricas de aguardente, mas também os estabelecimentos onde era vendida a bebida. Na relação das “Casas de Negócio” era comum a distinção das vendas entre “aguardente simples” ou “aguardente beneficiada”, mas o que ocorria de fato era a venda em todos os tipos de estabelecimentos. No distrito da Sé de Mariana, tanto os armazéns quanto as lojas de “espíritos importados” comercializavam a aguardente.¹⁴ A TAB. III demonstra a presença da venda de aguardente em todos os tipos de estabelecimentos comerciais.

TABELA III

Relação das vendas e casas de negócios. Furquim, Ponte Nova e Mariana. 1836.

Estabelecimento	Furquim*	Ponte Nova**	Mariana
Armazéns			
(todos com aguardente)	07	19	33
Lojas de fazendas secas			
(com aguardente)	00	14	00
Lojas de fazendas secas			
(sem aguardente)	01	01	16
Vendas de aguardente simples	28	14	45
Total	36	48	94

Fonte: Relação de engenhos e casas de negócio. Furquim e Mariana. 1836. APM. * Arraial sede da freguesia; ** Distrito pertencente à Furquim, posteriormente tornado paróquia.

Em geral, os produtos vendidos em “armazéns” correspondiam por líquidos e comestíveis, como azeite, o vinho, tintas, carne seca,

¹³ Relação de Engenhos e casas de negócio – 1836. Arquivo Público Mineiro: SPPP 1/6 – Cx7- D3

¹⁴ Relação de Engenhos e casas de negócio – 1836. Arquivo Público Mineiro: SPPP 1/6 – Cx5- D13

pólvora, milho, galinhas, bebidas etc. É o conhecido comércio de molhados. As “vendas” eram pequenos estabelecimentos, onde se vendia, predominantemente, a aguardente, além de quitutes. Nas “lojas de fazendas secas” se vendia tecidos, bem como artigos de vestuário, livros, instrumentos musicais, utensílios domésticos, peças em metal, louças, especiarias, objetos de armarinho, papelaria, etc.¹⁵

A divisão apontada acima, porém, não corresponde à exata alocação dos produtos comercializados. Embora a tipificação tenha sido esboçada pelos juízes de paz nas Relações de casas de negócio, o próprio documento informa a diversificação dos empreendimentos. Algumas “lojas de fazendas secas” também repassavam aguardente e todo tipo de víveres locais e importados. Das 15 lojas listadas em Ponte Nova, apenas uma delas vendia somente fazendas. O estabelecimento de Cypriano Ferreira da Silva, por exemplo, comercializava “molhados do paiz, importados e fazendas secas”. As vendas e os armazéns, estes últimos em maior diversidade, podiam vender todo o tipo de produtos. Das 94 casas de comércio da vila de Mariana, somente no caso das 16 lojas de fazendas secas não se mencionou a venda da bebida. Em Ponte Nova e Furquim, o caráter menos especializado do comércio e a aproximação mais direta com as propriedades produtoras, tornavam a presença da aguardente quase uma regra nos estabelecimentos.¹⁶

Havendo o predomínio das trocas comerciais de caráter regional, o setor canavieiro permitiu a alguns homens e mulheres, que investiam no negócio, acumulação suficiente para deter significativos contingentes de escravos e grandes porções de terras, bem como o prestígio social e político adquirido nas localidades.

¹⁵ GRAÇA FILHO, Op. cit., p. 61-62

¹⁶ O comércio de aguardente nos arraiais das zonas rurais era feito também pelos próprios lavradores, em geral pequenos sítiantes donos de engenhocas.

Caracterização social dos proprietários

Para penetrar no universo social e econômico dos proprietários de engenhos de Furquim utilizamos a metodologia experimentada por Clotilde Paiva e Marcelo Godoy, que consiste na superposição das “Relações de Engenho” com as listas nominativas de habitantes.¹⁷ Ainda fizemos a identificação de inventários de alguns donos de fábricas aguardenteiras, o que nos permitiu o alcance do perfil produtivo de suas fazendas e a identificação desses, como os maiores escravistas da região.

Do total de 82 engenhos arrolados pelos juizes de paz dos distritos que compõem a freguesia de Furquim, em 42 casos encontramos seus respectivos proprietários nas listas nominativas de 1838. A frequente ocorrência de homônimos, as falhas na grafia, a omissão de dados e a mobilidade espacial (principalmente na região de fronteira) impossibilitaram uma abrangência maior da amostra. No entanto, pelos dados recolhidos, os 42 exemplos selecionados nos parecem representativos do universo das fazendas com engenho, por demonstrar um perfil diferenciado dos outros domicílios da freguesia.

Na comparação dos indicadores demográficos da população total da freguesia com os domicílios escravistas e domicílios com engenhos, percebe-se a tendência da concentração de escravos e indivíduos livres brancos nos domicílios de senhores de engenho. A TAB. IV traz o detalhamento dessa comparação.

¹⁷ PAIVA, Clotilde. A e GODOY, Marcelo M. Engenhos e Casa de Negócios nas Minas oitocentistas. In: *VI Seminário sobre a economia mineira*. Cedeplar. Belo Horizonte. 1992.

TABELA IV

Comparação dos indicadores demográficos da “população total”, “domicílios escravistas” e “domicílios com engenhos”. Furquim (Ponte Nova) 1838.

Indicadores demográficos	População total		População de domicílios escravistas		População de 42 domicílios com engenhos*	
	Numero	%	Número	%	Número	%
Homens livres	2033	31	621	17	181	15
Mulheres livres	2049	32	718	19	139	11
Homens escravos	1451	23	1451	39	591	48
Mulheres escravas	906	14	906	25	323	26
População total	6439	100	3696	100	1234	100
Livres brancos	1068	26	811	61	184	57
Livres não brancos	3014	74	528	39	136	43
Total de Livres	4082	100	1339	100	320	100
Escravos africanos	908	39	908	39	363	40
Esc. crioulos e mestiços	1449	61	1449	61	551	60
Total de escravos	2357	100	2357	100	914	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Furquim e Ponte Nova. 1838. AHCMM. Cedeplar/UFMG e

Relação de Engenhos e Casas de Negócio. 1836. APM.

*42 domicílios selecionados a partir do cruzamento das listas nominativas com a relação de engenhos.

Começamos pela comparação de gênero entre população livre e escrava. Enquanto nos dados totais da população e nos “domicílios escravistas” havia ligeira maioria feminina entre os livres, nos domicílios com engenhos os homens compunham parcela majoritária. Esses dados refletem a maior presença

masculina entre os proprietários e entre agregados e funcionários das fazendas com engenhos.¹⁸

É possível notar também a concentração de escravos nos domicílios chefiados por donos de engenho. Enquanto nos domicílios escravistas a proporção de cativos foi de 64% do dos habitantes, no último grupo esse dado alcançou 74%. Os homens escravos representavam 23% da “população total”, 39% nos “domicílios escravistas” e 48% nos domicílios com engenhos. Havia, assim, uma tendência à concentração de escravos homens nas grandes fazendas, importante sinal de apego ao comércio de cativos. É bom lembrar que esses dados se referem apenas aos 42 domicílios que aparecem nas relações de engenhos do governo provincial. Muito provavelmente, outros tantos “domicílios escravistas” também estavam envolvidas com as atividades de transformação da cana.

A TAB. IV ainda mostra a radical diferença proporcional de indivíduos brancos na comparação da população livre total, 26%, com os habitantes dos “domicílios escravistas,” 61%, e “domicílios com engenhos”, 57%. As famílias que se envolviam no negócio canavieiro estavam, via de regra, entre a elite branca da região. Dos 136 indivíduos livres não-brancos (pardos, crioulos e pretos), 64 eram agregados, funcionários das fazendas e 6 não tiveram a relação com o chefe especificada. Excetuando-se esses, restariam 67 indivíduos livres não-brancos, familiares dos chefes de domicílios, ou seja, apenas 30% dos familiares de donos de engenho não eram brancos.¹⁹

¹⁸ Os agregados eram indivíduos pobres, a maioria homens, dependentes dos grandes proprietários que trabalhavam no funcionamento da unidade produtiva, ou seja, em geral estavam ligados a serviços manuais, transporte e administração das fazendas. Cerca de 29% da população livre dos domicílios com engenhos era composta por agregados. Este grupo correspondia, por sua vez, apenas 12% da população livre da freguesia. A destacada proporção de agregados nas fazendas com engenhos revela que não era entre as chamadas unidades camponesas que a agregação tinha importância, mas sim em propriedades escravistas, onde os mesmos complementavam o trabalho escravo, e não o inverso.

¹⁹ A cor e a distinção social não estavam dissociadas. Em pesquisa sobre

Esses primeiros indícios já apontam para um posicionamento social mais privilegiado daqueles proprietários que se dedicavam à produção de derivados de cana, sugerindo uma significativa relevância para a atividade na economia local.

A importância do setor canavieiro para a organização econômica de Minas Gerais no século XIX pode ser atestada pela forte dependência da mão de obra escrava. Analisando as “Relações de fábricas”, anexada à parte das listas nominativas distritais de 1831/1832, Marcelo Godoy pôde calcular a proporção estimada de escravos empregados na fabricação de derivados de cana: “O resultado geral desta justaposição de dados indica que 90% da força de trabalho cativa era alocada na elaboração de aguardente, rapadura e açúcar”.²⁰

As fazendas canavieiras eram unidades produtivas diversificadas, ou seja, se dedicavam ao cultivo de outros alimentos e a criação de animais, porém, tudo indica que durante o período da safra da cana parte majoritária dos seus escravos estivesse envolvida com o beneficiamento do produto.²¹ Segundo Godoy, cerca de 1/3 do contingente mancipio da província de Minas Gerais estava dedicado ao trabalho de cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar. O número total utilizado pelo autor é de 238 mil escravos para toda a província e de 85.075 para todos os engenhos de cana. Desses últimos, 31,5% estavam em fazendas da região Mineradora Central Oeste, proporção não superada por nenhuma outra região. O apego ao trabalho cativo parece ter

o espaço rural mineiro no século XIX, Francisco Andrade defende que a identificação da cor, acompanhava a distinção social, além do poder político e econômico. ANDRADE, Francisco Eduardo. *Entre a roça e o engenho: Roceiros e Fazendeiros em Minas Gerais, primeira metade do século XIX*. Editora Viçosa. Universidade Federal de Viçosa. 2008.

²⁰ GODOY, Op. Cit., p. 533.

²¹ Segundo Godoy, em parte das fazendas com cultivo e transformação de cana a fabricação dos derivados era atividade restrita a poucos meses do ano, em outro extremo, os engenhos com safra longa funcionavam durante quase todo o ano (GODOY, Op. cit., p. 533).

sido ainda mais forte em Furquim e seus distritos. Valendo-se apenas dos dados que temos sobre 42 donos de domicílios com engenhos, para o ano de 1838, identifica-se que cerca de 38% dos cativos da freguesia (ou 914) pertenciam a esses proprietários. Mais uma vez, afirmamos que essa proporção pode ser ainda maior, porque somente o distrito de Ponte Nova teve 70 proprietários de engenhos listados em 1836 (ver TAB. II).

A TAB. V foi construída para medir o grau de concentração de escravos entre os proprietários donos de engenhos. Em Furquim (Ponte Nova), predominavam as médias e grandes fazendas escravistas envolvidas com o negócio canavieiro.

TABELA V

Distribuição da posse de escravos entre os domicílios com engenhos. Furquim (Ponte Nova) 1838

Posse	Domicílios com engenhos	%	Número de escravos	%	Tamanho médio do plantel
0	2	5	0	0	0
1 – 5	5	12	16	2	3,2
6 – 10	8	19	67	7	8,3
11 – 20	14	33	205	22	14,6
21 – 30	2	5	55	6	27,6
31 +	11	26	571	63	51,8
Total	42	100	914	100	22,8

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1838. AHCMM. Cedeplar/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. 1836. APM.

Dos 42 “domicílios com engenho” selecionados, somente dois não possuíam escravos e 5 deles não ultrapassaram a quantia cinco cativos. Dentre estas unidades produtivas, 64% tinham 11 ou mais escravos. Se considerarmos todos os “domicílios escravistas” de Furquim (Ponte Nova), essa faixa de posse representa apenas 15% das unidades produtivas.

Dessa forma, não é estranho que conforme mostra a tabela 91% de todos os escravos apareçam entre as fazendas com mais de 11 cativos. Além disso, 571 cativos (63%) estavam presentes nos 11 domicílios que reuniam mais de 31 escravos. A dependência predominante do trabalho cativo e a concentração dos mesmos em médios e grandes plantéis foram as principais marcas das unidades canavieiras.

Considerando todos os domicílios escravistas de Furquim, a concentração de cativos também foi maior entre os médios e grandes plantéis, o que sugere que o perfil da economia rural mineira no século XIX não se restringia a um campesinato generalizado, como apontaram alguns autores.²² Porém, ao compararmos os dados referentes à toda escravaria da freguesia com aqueles referentes aos domicílios com engenhos percebemos a larga superioridade dos segundos, em relação aos níveis de concentração. Cerca de 64% de todos os escravos da freguesia pertenciam à unidades com 11 ou mais escravos, ao passo que 41% estavam nos domicílios que possuíam 31 ou mais cativos, proporções mais modestas do que aquelas encontradas para os donos de engenho.²³

O número médio de escravos por engenho de cana se aproxima dos resultados obtidos por Marcelo Godoy. Em toda a província de Minas Gerais a média foi de 20,5, na região Mineradora Central Oeste foi de 25,2 e entre os engenhos escravistas de Furquim a média foi de 22,8 cativos por domicílios com engenho de cana.

²² Aqui referimo-nos a discussão proposta em minha dissertação de mestrado acerca do argumento de que o chamado “Senhor/Camponês”, na visão de João Fragoso e Manolo Florentino, em “O Arcaísmo como projeto”, era responsável por parte significativa tanto das entradas de africanos quanto do mercado abastecedor alimentos. Do contrário, a pesquisa revelou que eram as médias e grandes propriedades da região que concentravam a maior parte dos cativos – inclusive aqueles oriundos do tráfico –, mantinham contato com circuitos comerciais longínquos e possuíam escravos bem mais valorizados do que aqueles de pequenos escravistas (ANDRADE, Leandro. Op. cit., p. 199).

²³ Dados extraídos das listas nominais de habitantes. (ANDRADE, Leandro. Op. cit., p. 72).

A alta concentração de escravos nas fazendas canavieiras de Furquim atesta a importância da região como centro produtor, beneficiador e comercializador da cana-de-açúcar. Portanto, caracteriza o setor canavieiro como um dos principais meios de geração de riqueza e definidor das hierarquias locais.

Obviamente, nem todos os engenhos eram grandes unidades escravistas, como demonstra a própria TAB. V, e nem todos os proprietários eram membros da elite local. Porém, os indicadores demográficos e econômicos apontam para profundas semelhanças entre as características dos donos de engenhos e as da elite socioeconômica da freguesia de Furquim. Em linhas gerais, essa elite era composta por agricultores, homens, brancos, casados, donos de plantéis com mais de 11 escravos e com idade média de 52 anos.²⁴

A TAB. VI traça o perfil dos 42 chefes de domicílios identificados a partir do cruzamento da relação de engenhos de 1836 e das listas de habitantes de 1838.

TABELA VI

Ocupação e informações demográficas dos chefes de domicílios com engenhos. Furquim (Ponte Nova) 1838

Ocupação	Homens	Mulheres	Branco	Pardos	Casados	Solteiros	Viúvos	Total
Agricultor	29	4	24	9	23	4	6	33
Carpinteiro	2	0	1	1	1	0	1	2
Tropeiro	5	1	2	4	4	1	1	6
Empregado	1	0	1	0	0	1	0	1
Totais	37	5	28	14	28	6	8	42

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1838. APM.Cedeplar/UFMG. Relação de engenho e casas de negócio. 1836. APM.

A maior parte dos chefes de domicílios era formada por agricultores (33), brancos (28) e casados (28). Havia ainda

²⁴ Estes resultados refletem as características demográficas e econômicas predominantes do grupo dos indivíduos mais ricos de Furquim, atestada pelas análises das listas nominais de habitantes (ANDRADE, Leandro. Op cit., p. 77).

aqueles que, mesmo tendo a agricultura e o beneficiamento da cana como atividade econômica permanente em suas propriedades, foram listados com outras ocupações. Encontramos 2 carpinteiros e 6 tropeiros, dos quais 3 eram brancos e 5 eram pardos. Para estes, talvez a produção de derivados de cana tenha sido uma opção de diversificação de suas atividades econômicas, principalmente no caso dos tropeiros, profissão intimamente ligada à produção e circulação de produtos agropecuários, e carpinteiros, atividade relacionada à fabricação e manutenção de engenhos e engenhocas.²⁵

A produção e o comércio, sobretudo da aguardente, atraíram não somente os membros da elite de prestígio, os pequenos proprietários, também viam no negócio oportunidade de enriquecimento. Para citar como exemplo, temos o tropeiro e pardo, Felício Pacheco, listado entre os donos de engenho movidos por bois no ano de 1836. Dois anos mais tarde ele apareceu na lista nominativa de Ponte Nova, dono de 4 escravos africanos adultos. Felício Pacheco contava ainda com o auxílio de 2 agregados, funcionários do sítio. A correlação da atividade de tropeiro com a agricultura de transformação pode ter sido um caminho promissor, pois, a julgar pela média de idade média dos grandes escravistas da região (52 anos), o tropeiro ainda teria um longo caminho a trilhar, a partir dos seus 32 anos.

José Rodrigues dos Reis, também listado como tropeiro e pardo, conseguiu colher bons frutos dessa diversificação de investimentos. Dono de um engenho hidráulico manteve, por pelo menos 17 anos, um vasto plantel de escravos. Em 1821 tinha 59 cativos passando para 57, em 1838. Levando-se em conta que o valor do escravo nessa última data era bem mais alto, José Rodrigues estava, provavelmente, entre os homens mais ricos da região.

Dos dois donos de engenhos listados como carpinteiros, um deles era José Freitas Guimarães. Proprietário de um engenho de

²⁵ A ocorrência de 1 chefe de domicílio listado como “empregado” refere-se à fazenda do presidente da província Inácio de Melo e Souza, proprietária absenteísta.

bois, ele tinha 4 escravos africanos adultos. A mão de obra livre também esteve presente em sua propriedade que contava com 3 de seus filhos e 1 agregado, todos listados como carpinteiros. Tudo indica que o núcleo familiar, juntamente com os escravos, além da agricultura, vivia da fabricação e da manutenção de equipamentos agrícolas, principalmente de engenhos. Nem todas as propriedades tinham o trabalhador capacitado para tais tarefas, abrindo um campo para atuação de sitiantes e agregados vizinhos às grandes fazendas.

A diversificação econômica poderia oferecer oportunidades a uma camada intermediária da sociedade. Homens e mulheres que estavam entre os grupos mais pobres, dependendo da conjuntura, poderiam ter acesso à pequena posse de escravos. Porém, essa não era a característica principal dos donos de engenho da freguesia de Furquim. Esses proprietários estavam, via de regra, entre os maiores escravistas, configurando a verdadeira elite social, política e econômica da região.

Estabilidade da riqueza e posse de escravos

A trajetória das maiores propriedades escravistas da freguesia, no segundo quartel do século XIX, demonstrou a estreita relação de riqueza de poder e prestígio com o investimento no negócio canavieiro. É o que revela a TAB. VII, que apresenta: o nome, o cargo ou patente militar, a cor, a propriedade de escravos em diferentes datas, além da posse de engenhos e “seus motores”. Para a elaboração da tabela foram selecionados os 23 maiores proprietários de escravos da freguesia, considerando três conjuntos de listas de habitantes. Com exceção de 3 casos, todos os proprietários tinham mais que 30 escravos, o que os coloca no seletivo grupo de 5% de todos os domicílios escravistas da freguesia e 26% dos donos de engenho.

TABELA VII

Grandes proprietários escravistas de Furquim e sua relação com o beneficiamento da cana-de-açúcar. (1821-1850).

Nome	Cargo/patente	Ocupação	Cor	1821*	1831	1836	1838	Observações
D. Teresa Perpétua de Jesus		Lavradora	Branca	14 africanos 21 crioulos/p	26 africanos 36 crioulos/p		10 africanos 14 crioulos/p	Aparece como viúva em 1821 e 1831
Manoel Inácio de Melo e Souza	Desembargador/presidente da província	Lavrador	Branco	17 africanos 64 crioulos/p	52 africanos 79 crioulos/p	Engenho de água	28 africanos 62 crioulos/p	Fazenda administrada por empregados
João Carvalho de Sampaio	Capitão-Mor	Lavrador	Branco	23 africanos crioulos	82 africanos 31 crioulos/p	Engenho de água	64 africanos 26 crioulos/p	
Manoel Martins da Silva Braga	Capitão-mor/ juiz	Lavrador	Branco		14 africanos 26 crioulos/p	Engenho de água	13 africanos 33 crioulos/p	Foi listado em 1838 como <i>lavrador e juiz</i>
Antônio Martins da Silva	Alferes	Lavrador	Branco	10 africanos 46 crioulos/p	7 africanos 47 crioulos/p	Engenho de água	3 africanos 47 crioulos/p	Inventário de 1850: M.Mor: 24.086\$940. Possuía 50 escravos
Antônio José da Cunha Vilela	Alferes	Lavrador	Branco	16 africanos 9 crioulos/p		Engenho de bois	19 africanos 16 crioulos	
Joaquim José do Espírito Santo	Padre	Padre	Branco	29 africanos crioulos/p				
José Rodrigues dos Reis		Tropeiro	Pardo	13 africanos 46 crioulos/p		Engenho de água	10 africanos 47 crioulos/p	Inventário de 1846. M.Mor: 5.376\$900
Antônio Vieira de Souza		Lavrador	Branco				17 africanos 17 crioulos/p	
José Caetano da Fonseca	Alferes	Lavrador	Branco	11 africanos 6 crioulos/p		Engenho de água	22 africanos 29 crioulos	Inventário de 1838: M.Mor: 26.253\$200 Possuía 56 escravos
Joaquim Rodrigues Milagres	Capitão-Mor	Lavrador	Branco			Engenho de água	21 africanos 13 crioulos/p	
João do Monte da Fonseca	Alferes	Lavrador	Branco			Engenho de água	9 africanos 24 crioulos/p	

Nome	Cargo/patente	Ocupação	Cor	1821	1831	1836	1838	Observações
Joaquim Gomes Barreto	Capitão-mor	Tropeiro	Branco			Engenho de água	19 africanos 5 crioulos/p	Agregados tropeiros em seu domicílio.
D. Maria Bárbara de Sousa e Castro		Lavradora	Branca			Engenho de água	18 africanos 37 crioulos/p	
Antônio José de Sousa Guimarães	Alferes	Negociante	Branco	3 africanos 1 crioulo			43 africanos 43 crioulos/p	Possuía bens agrícolas e dívidas ativas. Monte-mor (1852);102;184;131
D. Teresa Marcelina de São Joaquim		Lavradora	Branca			Engenho de bois	17 africanos 10 crioulos/p	
Caetano da Silva Brandão		Lavrador	Branco	5 africanos 3 crioulos/p		Engenho de bois	10 africanos	Possui 17 agregados na fazenda. 1838.
D. Ana Francisca do Monte		Lavradora	Branca	7 africanos 20 crioulos/p		Engenho de bois	6 africanos 45 crioulos/p	Aparece como tropeira parda em 1838.
José Luis da Silva Viana		Lavrador	Branco			Engenho de bois	21 africanos 11 crioulos	1 dos filhos é tropeiro.
Manoel José Coelho	Capitão-mor	Lavrador	Branco	13 africanos 9 crioulos			12 africanos 23 crioulos/p	Dados de 1838 do inventário. M.Mor: 12.478;400
Francisco Isidoro Pereira de Toledo e filhos**	Capitão-mor	Lavrador	Branco	12 africanos 63 crioulos		Engenho de bois	4 africanos 33 crioulos/p	Inventário de 1827: M.Mor: 10;656\$877
Bento Luís Borges e filhos***		Lavrador	Branco	1 africano 27 crioulos/p			35 crioulos/p	Possuía 48 escravos. Inventário de 1822: M.Mor: 3;140\$600
Miguel Martins Chaves e seus herdeiros****	Tenente coronel	Lavrador	Branco	9 africanos 45 crioulos/p		Engenho de bois	47 crioulos	Possuía 28 escravos. Inventário de 1826: M.Mor: 8;031\$840

Fonte: Listas nominativas de habitantes, 1812/1831/1838. AHCMM e APM . Cedeplar/UFMG. Relação de Engenhos. 1836. APM.

* crioulos/p = escravos crioulos ou pardos

** Em 1838 aparecem os herdeiros de Isidoro Pereira, falecido em 1827:Ubaldo José Pereira e João Nepomuceno Dias Bicalho (genro)

*** Em 1838 aparecem os herdeiros de Bento Luís, falecido em 1822: Manoel Luís Borges e Francisco Luís Borges.

**** Em 1838 aparecem os herdeiros de Miguel Martins, falecido em 1826: D. Ana Joaquina e Miguel Martins Chaves.

A relação do afortunamento com a transformação industrial da cana é bastante nítida na tabela. Dos 23 maiores escravistas, 17 foram listados na relação de engenhos de 1836. Todos os proprietários de engenhos movidos por água (equipamento mais sofisticado) aparecem no quadro. Além disso, todos os donos de engenhos identificados com patentes militares ou cargo administrativo foram arrolados entre os maiores escravistas. Isto indica que, além de confirmar a relação engenho/riqueza, a pequena amostra selecionada é, de fato, representativa dos grandes escravista e homens de prestígio da região.

Em síntese conclusiva do perfil das atividades agroaçucazeiras em Minas Gerais, sobretudo para o século XIX, Godoy afirma que

A destacada freqüência de certas categorias sociais, como mulheres identificadas com o distintivo “dona”, homens com altas patentes na guarda nacional e clérigos, indicaram que a propriedade de engenhos em Minas estava reservada, ao menos no que se refere às grandes unidades, a indivíduos de elevados estratos sociais.²⁶

Homens poderosos, proprietários de vastas escravarias foram apontados por Andréa Lisly Gonçalves como os principais líderes políticos locais, os chamados potentados. Em 1831, estourou no distrito de Santa Rita do Turvo, termo de Mariana, uma sedição de caráter restauracionista liderado, entre outros, por militares de alta patente na guarda nacional, autoridades municipais e distritais, além de contar com a participação de homens pobres. O principal líder dos “vivas” a D. Pedro I era Manoel José Esteves de Lima, lavrador listado como proprietário de engenho no distrito de Ponte Nova.²⁷

A estreita relação do negócio canavieiro com a riqueza, a influência política e o prestígio social parecem se confirmar com

²⁶ GODOY, Op. cit., p. 562.

²⁷ GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: Hucitec; Estudos Históricos, 2008.

a análise qualitativa dos dados referentes a alguns donos de engenhos.

O desembargador Manoel Inácio de Mello e Souza era presidente da província quando estouraram as revoltas restauracionistas na região central de Minas Gerais. Em 1833, um movimento, denominado posteriormente de *Revolta do ano da fumaça*, foi encabeçado por tropas militares, insatisfeitas com o governo dos liberais-moderados. Na ocasião do levante, Mello e Souza havia se ausentado da capital, Ouro Preto, para votar em Mariana, onde estava domiciliado e possuía uma grande fazenda.²⁸ Durante o período abordado pela pesquisa, o futuro Barão do Pontal foi o maior proprietário de escravos da freguesia de Furquim. Em 1821, possuía 81 escravos. Dez anos depois o número subiu para 131. Em 1838, contava ainda com 90 cativos. Melo e Souza possuía engenho movido por água em sua propriedade que era administrada por empregados. O crescimento do número de escravos no ano de 1831 deveu-se, provavelmente, à forte inserção de africanos em Minas Gerais, via porto do Rio de Janeiro, até o final da década de 1820.²⁹

²⁸ Sobre a revolta consultar: SILVA, Wlamir. *Liberais e povo. A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec. Estudos Históricos, 2008. Uma caracterização sócio-econômica da revolta pode ser encontrada em GONÇALVES, Op. cit.

²⁹ Segundo Douglas Libby, ao analisar os assentos de batismos de escravos africanos de 5 paróquias de Minas Gerais, depois de um interregno que durou de 1790 à 1813, houve um importante crescimento da importação de africanos pela capitania. A retomada da compra de escravos no mercado internacional durou até, aproximadamente, 1830, quando foram injetadas as últimas levas legais de almas cativas. Os dados compilados pelo autor sugerem que houve uma abrupta interrupção da participação dos compradores mineiros na conjuntura do fim do tráfico legal. LIBBY, Douglas Cole. *O tráfico negreiro e as populações escravas das Minas Gerais. 1720-c. 1850*. Meeting of the Latin American Studies Association. San Juan, Puerto Rico. 2006. Outro dado que corrobora essa afirmação é a análise dos despachos de escravos da Corte do Rio de Janeiro. Segundo João Fragoso entre 1825 e 1832, 48% dos cativos despachados da Corte enham com destino o mercado mineiro (FRAGOSO, Op. cit., 123-124).

Semelhante movimento de ampliação da escravaria foi experimentado nas propriedades de D. Teresa Perpétua de Jesus e do Capitão Mor João Carvalho de Sampaio. Este último, dono de engenho hidráulico, também se manteve como um dos maiores escravistas da região, no segundo quartel do século XIX.

Entre os 17 anos de interstício das listas nominais de habitantes analisadas pela TAB. VII (1821 e 1838), alguns proprietários perderam escravos e outros ganharam. Obviamente, não é apenas a posse de escravos e o número deles que definem a riqueza. Porém, sabemos que esse item era o de maior valor na distribuição dos bens dos proprietários de Furquim.³⁰ Entre os 23 grandes escravistas da tabela, 8 não foram arrolados em mais de uma lista, 10 ganharam ou mantiveram o número de escravos e 6 deles perderam cativos. Levando-se em conta que o preço médio do escravo saudável passou de cerca de 150\$000 para 400\$000,³¹ percebe-se que as grandes unidades agropecuárias da região, sobretudo aquelas que se envolviam com o negócio canavieiro, tiveram forte potencial de acumulação. Pois, mesmo com o crescente peso da reprodução natural nos plantéis, os grandes proprietários tiveram possibilidade de recorrer à compra de cativos africanos no mercado interno, no período de restrição do tráfico internacional.³²

³⁰ De acordo com a distribuição dos bens e da riqueza de 50 inventários da freguesia, 54% do valor dos bens dos proprietários inventariados correspondiam por escravos (ANDRADE, Leandro. Op cit., p. 98).

³¹ O aumento no preço do cativo entre 1831 e 1838 pode ser verificado em BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. São Paulo: EDUSC, 2004. p. 245.

³² De acordo com as listas de habitantes, de 1821 e 1831 quase 2/3 dos escravos de Furquim eram crioulos ou pardos. Esses dados corroboram as teses de Libby e Grimaldi acerca da “correlação entre o crescimento natural e as importações de africanos” na primeira metade do século XIX, o que explicaria o “vasto plantel mineiro”. Os autores buscaram desmistificar a idéia de que a reprodução natural e as injeções via o tráfico negreiro são “mutuamente excludentes”. Portanto, é na estabilidade verificada para as regiões onde predominou a agricultura diversificada e a pecuária que se encontraria o terreno fértil para o crescimento interno dos plantéis mancipios. LIBBY e

As dificuldades de acesso à mão de obra escrava, por conta da alta dos preços, não parece ter afetado os fazendeiros de prestígio, mas sim aos setores intermediários e mais pobres da economia local.³³ Ainda de acordo com a TAB. VII, mesmo aqueles que perderam em número de escravos não deixaram de figurar entre os grandes escravistas da região.

O caso mais emblemático é o do lavrador Antônio Martins da Silva, proprietário de 10 escravos africanos e 46 crioulos no ano de 1821. Na listagem de 1831, aparece com 7 africanos e 47 crioulos. O Juiz de paz de Furquim informou, em 1836, que o fazendeiro, agora listado como alferes, detinha “engenho de agoas com lambique”. Dois anos mais tarde, sua propriedade foi novamente listada, agora com 3 africanos e 47 crioulos. No ano de 1850, o dono da “Fazenda do Bom Retiro” faleceu deixando uma riqueza total de 24:086\$940. O que mais chama a atenção na trajetória do alferes é a impressionante manutenção de 50 escravos na listagem dos bens inventariados.

A prosperidade dos negócios de Antônio Martins esteve intimamente ligada ao beneficiamento da cana. A “Fazenda do Bom Retiro” tinha 250 alqueires de terras de cultura que forneciam a cana para o beneficiamento. Entre as benfeitorias destacam-se: “engenho da cana movido por água com oito formas de purgar, moinho corrente, monjolo, engenho de serra e alambique”. A estrutura da propriedade se completava com “um paiol coberto de telhas”, para armazenar a produção, e “umas senzalas com uma pequena casa de sobrado”.³⁴

GRIMALDI, Márcia. Economia e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista. Minas Gerais no século XIX. *Papéis avulsos*, Rio de Janeiro: n. 7, p. 26-43, dez. 1988.

³³ O processo de diminuição proporcional dos domicílios escravistas a partir do segundo quartel do século XIX, corrobora a hipótese da concentração da mão-de-obra cativa entre os médios e grandes proprietários (ANDRADE, Leandro. Op. cit).

³⁴ Inventário de Antônio Martins da Silva. *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana*. códice 71- Auto 1516 – 1o ofício – Ano 1850.

Pelo menos entre os 29 anos que separaram a confecção das listas nominativas de habitantes de 1821 e a abertura do inventário dos bens do lavrador (1850), foi conservado um belo patrimônio advindo das atividades agropecuárias. Este exemplo somado a outros casos de crescimentos e manutenção da escravaria revela a estabilidade e rentabilidade do negócio agrícola, na primeira metade do século XIX.

O investimento no negócio agrícola era o principal fim dos esforços dos homens e mulheres ricos da freguesia de Furquim. Embora em outras localidades mineiras, como a sede do município de Mariana, o comércio tenha sido o mais importante meio de enriquecimento, em Furquim e seus distritos a atividade rural garantiu a continuidade e reprodução das fortunas. Nos três últimos casos analisados pela TAB. VII foram identificados herdeiros de grandes escravistas do distrito de Ponte Nova. Em todos eles, mesmo quando houve divisão dos bens no processo de inventário, as famílias continuaram figurando entre os maiores donos de escravos na região.

Francisco Isidoro Pereira de Toledo, capitão-mor, lavrador, dono de engenho em Ponte Nova, tinha 85 escravos no ano 1821. De acordo com o inventário de seus bens, 6 anos depois, possuía 48 escravos e uma importante fortuna dividida entre terras, benfeitorias, animais etc.³⁵ Dois de seus herdeiros foram encontrados na lista de habitantes de 1838. Ubaldo José Pereira, filho de Francisco Isidoro, era lavrador dono de 13 escravos e o alferes Nepomuceno Dias Bicalho, seu genro, também era lavrador dono de 24 escravos. A partilha parece ter dividido os bens, porém, o fato dos domicílios serem vizinhos (de acordo com a lista de habitantes de 1838) pode sugerir que a propriedade permanecia unida. De qualquer forma, a soma dos escravos dos herdeiros chegou a 47 indivíduos e o motor gerador da riqueza da família continuava na atividade agrícola. Caso semelhante ocorreu com os irmãos Manoel e Francisco Luís Borges que

³⁵ O monte-mor do inventário de Francisco Isidoro Pereira somou 10:656\$877. *AHCSM*. Códice 59 – Auto 1338 – 1o ofício – Ano 1838.

herdaram de Bento Luís Borges uma pequena fortuna, após o seu falecimento no ano de 1822. Cerca de 16 anos depois, o primeiro apareceu listado como lavrador e dono de 29 escravos, enquanto que o segundo era detentor de apenas 6 crioulos. Os herdeiros e também vizinhos, de acordo com a lista de habitantes, reuniam 35 escravos crioulos, plantel significativo e ainda maior do que aquele deixado por Bento Luís, que deixou 28 cativos.³⁶

Em 1838, D. Ana Joaquina, herdeira e filha mais velha do casal Miguel Martins Chaves (tenente-coronel e dono de engenho) e Ana Francisca Constança da Rocha, chefiava o domicílio/propriedade onde vivam os seus irmãos, 9 agregados e 46 escravos. O lavrador, tenente-coronel, faleceu em 1826 e deixou como legado 54 cativos, dentre outros bens. Embora não se saiba os destinos da riqueza da família, o fato é que, pelo menos os 12 anos que separaram o falecimento de Miguel Martins e a lista de habitantes não foram suficientes para dissipar sua fortuna construída em vida.

É bem verdade que o parco espaço de tempo abarcado pelas reconstituições e a lamentável ausência de dados para muitos proprietários não nos permitem fazer afirmações definitivas sobre a evolução das fortunas e/ou heranças familiares. Porém, os indícios de estabilidade das fortunas, principalmente em escravos, sugerem restrita margem de oscilações da riqueza familiar. Homens de prestígio e sua gama de alianças sociais e familiares dominariam, pelo menos nessa área rural, a cena social, política e econômica.

O pesquisador Antônio Brant Ribeiro Filho, rastreou as principais famílias pioneiras no povoamento de Ponte Nova, o distrito mais populoso de Furquim. Os desbravadores, já no século XVIII, cultivavam a cana para a produção e comércio de seus derivados. Algumas dessas famílias estão presentes na TAB. VII, entre a elite escravista da região, como os Martins Chaves, Fonseca Marinho, Monte e Gonçalves Torres. Segundo o autor

³⁶ Bento Luís Borges deixou 28 escravos e uma fortuna avaliada em 3:140\$600. *AHCSM*. Códice 43 – Auto 1006 – 1º ofício – Ano 1823.

de “Ponte Nova: 1770 – 1920, 150 anos de história”, a “Fazenda do Engenho”, símbolo da colonização da cidade, pertencia aos Gonçalves Torres, que passou aos Martins Chaves, aliados, por matrimônio, dos Fonseca Ribeiro. Esta propriedade manteve-se por oito gerações sob a propriedade das mesmas famílias.³⁷

Isto também vale para os Martins Silva, já citados, que se estabeleceram em Furquim, vindos de Portugal, no início do século XIX, e, posteriormente, nas promissoras terras de Ponte Nova, onde se tornaram referência entre a elite local, residindo na tradicional fazenda “Quebra Canos”.³⁸

Segundo Sheila de Castro Faria, os filhos dos afortunados da agricultura fluminense, no final do século XVIII, dificilmente conseguiam repetir o grau de riqueza de seus pais. A tese do “Pai taverneiro, filho barão e neto mendicante” refere-se ao enriquecimento de comerciantes que investiam no negócio agrícola, além de encaminhar seus filhos para casamentos em famílias da aristocracia rural. De acordo com a argumentação da autora, a segunda ou terceira geração das famílias de fazendeiros, ex-comerciantes bem sucedidos, não manteria a reprodução de suas riquezas.³⁹

Todavia, a estabilidade das atividades agropecuárias, pelo menos até meados do século XIX, e a cultura de preservação do patrimônio, através das estratégias de partilha e endogamia, podem ter garantido às famílias ricas mineiras a manutenção da fortuna no transcorrer do tempo. O estabelecimento de uma hierarquização social pautada na propriedade de terras e escravos, na endogamia e na busca por destaque social, através de cargos, patentes e honrarias foi destacado por Carla Almeida ao estudar o universo dos “homens bons” de Minas Gerais, nos fins do período colonial.⁴⁰

³⁷ RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Ponte Nova: 1770 a 1920, 150 anos de História*. Viçosa. 1993. p. 46.

³⁸ RIBEIRO FILHO, Op. cit., p. 48

³⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Fortuna e Família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 194.

⁴⁰ ALMEIDA, Op. cit., p. 262

Cumprе salientar que a hierarquização social herdada dos tempos coloniais não impediu as possibilidades de mobilidade socioeconômica, sobretudo nesse período de expansão agrícola e consequente ampliação das oportunidades. No entanto, talvez as maiores possibilidades de fluência estivessem entre as camadas heterogêneas (os setores mais pobres, pequenos sítiantes escravistas). Foram incomuns os casos em que indivíduos advindos de grupos sociais menos prestigiados conseguiram enriquecer e figurar entre os homens e mulheres de boa consideração. Dentre os maiores escravistas da freguesia, destacados na TAB. VII, estão dois tropeiros, donos de engenho de água. Sendo que um era pardo e contava com mais de 50 cativos. Tudo indica que o período de explosão das atividades agropecuárias, sobretudo a canavieira, tenha favorecido a ascensão daqueles que se dedicavam às atividades de transporte e comércio.

Dessa forma, a julgar pelos casos detalhados pela TAB. VII, a característica de manutenção da riqueza encontrada por Carla Almeida para essa mesma região de Minas Gerais, até o fim do período colonial, repete-se como tendência em Furquim, contrapondo-se às inferências de Sheila de Faria, acerca da agricultura e do comércio fluminenses.⁴¹

Aliás, o enraizamento de famílias e suas estratégias de manutenção/reprodução do patrimônio manteve-se nos tempos do Império. De algumas dessas famílias nasceram importantes lideranças políticas regionais, atuantes inclusive no cenário nacional. Podemos citar novamente Manoel Inácio de Mello e Souza, presidente da província, agraciado com o título de Barão do Pontal, em 1841. Foi também deputado, senador, e mantinha sua base “clientelar” e de alianças na cidade de Mariana,

⁴¹ Do mesmo modo, o “gozo do prestígio social, advindo do domínio rural”, descrito por Sheila Faria, não parece ter convencido os ricos comerciantes da vila de Mariana. Esses, mesmo tendo investido na agricultura, inclusive no beneficiamento da cana, não abandonaram o comércio e alcançaram, no nível local, significativa acumulação e consideração social. (Ver ANDRADE, Leandro. Op. cit., p. 183).

especialmente na região de Furquim e Ponte Nova, onde estavam suas propriedades. José Joaquim Fernandes Torres, descendente dos desbravadores de Ponte Nova, estudou em Coimbra e quando retornou ao Brasil ingressou na política, sendo deputado provincial, deputado geral, chegando a ministro da Justiça e da Fazenda, em 1847. Quando vice-presidente da província, Fernandes Torres, influenciou diretamente para emancipação de Ponte Nova, efetivada em 1863.⁴²

Ao longo do século XIX, Ponte Nova, antes apenas um distrito de fronteira com a Zona da Mata, cresceu e passou por diversas transformações políticas e econômicas. A produção da cana foi acompanhada pelo crescimento do café, com o *boom* exportador da região de Juiz de Fora. No final do século XIX, os antigos e rústicos engenhos coloniais viram surgir as usinas açucareiras. Apesar desta nova fase da economia local, práticas tradicionais conviviam com a modernidade: velhos engenhos aguardenteiros e velhas hierarquias sociais sobreviviam ao tempo.

Conclusão

Ao investigar os setores e atividades econômicas em que poderiam se definir a estratificação social e econômica de Minas Gerais, a abordagem de temas como a propriedade de escravos e o trabalho livre esbarrou em diversos momentos na coincidência entre a riqueza, posse de cativos e a transformação da cana. A análise de listas de habitantes, inventários e Relações de Engenho e Casas de Negócio emergiram pistas mais concretas de que a agroindústria tradicional e o comércio de açúcar, rapadura e, principalmente, de aguardente propiciaram importante acumulação na região de Mariana. Isto porque o extenso município e, por conseguinte, a freguesia de Furquim, na primeira metade

⁴² REZENDE, Irene Nogueira. *Negócios e participação política: Fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2008.

do século XIX, figurava entre as regiões com maior concentração de engenhos em Minas.

Os indicadores demográficos observados no conjunto dos domicílios dos donos de engenho da freguesia de Furquim e seus distritos sugerem majoritária presença de brancos, de chefia masculina e faixa etária média de 52 anos. Uma vez que outros estudos já demonstraram que este também era o perfil dos proprietários mais abastados, temos outro forte indício de que os donos de engenho faziam parte deste grupo.

O processo de produção do açúcar, da rapadura ou da aguardente nas fazendas e sítios mineiros foi marcado pela manutenção no tempo de métodos tradicionais. O processo de colheita e transformação da cana não ocorria durante todo ano e as fazendas mineiras desenvolviam outras atividades, sobretudo, o plantio de alimentos, café, siderurgia de pequenas forjas e a criação de animais. Independente dessa diversificação a mão de obra predominante foi a escrava. As propriedades com engenho contavam com médios e grandes plantéis escravistas, mesmo passado o período de forte inserção de africanos em Minas Gerais que se encerrou em 1831, e conseqüente alta de preços de cativos. Aliás, o investimento no negócio agrícola e a rentabilidade do comércio regional de diversos produtos, sobretudo a aguardente, garantiram esta estabilidade às grandes fazendas escravistas de Furquim. Pelo menos, no segundo quartel do século XIX, as trajetórias de alguns proprietários sugerem a manutenção de um certo nível de riqueza e posse de cativos.

Por fim, vale destacar a contribuição da abordagem apresentada para o entendimento do mercado interno (considerando as possíveis conexões regionais e interprovinciais) como propulsor de acumulação e riqueza no âmbito regional, aqui demonstrado pela produção e o comércio dos derivados de cana, com destaque para a aguardente. De certo, os proprietários e seus familiares eram também as figuras de maior destaque político e prestígio social na região. No processo de Formação do Estado Imperial, elites locais também deixavam sua marca. Para defender seu patrimônio ou galgar o poder, conectavam as

realidades locais aos processos mais amplos, tanto nas decisões políticas quanto nos negócios.⁴³

Fontes manuscritas

AHCSM, *Arquivo Histórico Casa Setecentista de Mariana*. Inventários post mortem, 1º e 2º ofícios, 1821-1850.

AHCMM, *Arquivo Histórico Câmara Municipal de Mariana*. código 663, Relação de habitantes da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim do Termo da Cidade de Mariana. 1821. [incluindo os distritos de Conceição do Turvo, São Gonçalo do Ubá, Ponte Nova e Furquim].

APM, *Arquivo Público Mineiro*. SP PP, 10 cx 17 D. 11. Lista Nominativa do distrito de Furquim 1831. Banco de dados Cedeplar/UFMG.

APM, *Arquivo Público Mineiro* SP PP, 10 cx 17; D. 11. Lista Nominativa do distrito de Ponte Nova 1831. Banco de dados Cedeplar/UFMG.

APM. *Arquivo Público Mineiro*. SP PP, Lista nominativa do distrito de Ponte Nova 1838. Banco de dados Cedeplar/UFMG.

APM. *Arquivo Público Mineiro*. SP PP, Lista nominativa do distrito de Furquim 1838. Banco de dados Cedeplar/UFMG.

APM. *Arquivo Público Mineiro*. SP PP, Lista nominativa do distrito de São Gonçalo do Ubá. 1838. Banco de dados Cedeplar/UFMG.

⁴³ Excelente referência para a temática das elites regionais na formação do Estado Imperial, articulando mercado interno, acumulação e poder político é o trabalho de Edna Resende. RESENDE, Edna Maria. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte. 2008

APM. *Arquivo Público Mineiro*. Código 6107. SPPP/6 – D44. Relação de Engenhos e Casas de Negócio. Furquim. 1836.

APM. *Arquivo Público Mineiro*. Código 6115 SPPP 1/6 – Cx7- D3. Relação de Engenhos e Casas de Negócios. Ponte Nova. 1836.

APM. *Arquivo Público Mineiro*. Código 6110. SPPP/6 –CX5- D13. Relação de Engenhos e Casas de Negócio. Mariana. 1836.

Recebido em abril de 2010.
Aprovado em outubro de 2010.